



## Reunião Ordinária CMDCA

### ATA Nº 10 - 17.08.2010

1 Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e dez, às 08h15, se reuniram no Auditório da  
2 Prefeitura Municipal de Cascavel os Conselheiros dos seguintes Conselhos e seus respectivos  
3 presidentes: **CMDI** – Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (Salette Gerardi de Lima Chrun);  
4 **CMAS** – Conselho Municipal de Assistência Social, (Vanderlei Augusto da Silva); **CMDCA** –  
5 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, (Pedro Maria Martendal de Araújo),  
6 para discutirem sobre o seguintes pontos de pauta respectivamente de cada Conselho: **CMDI**: 1.  
7 **Apreciação e Deliberação do Parecer das Comissões de Projetos e Documentos e de**  
8 **Orçamentos e Finanças referente a LDO/2011 da Secretaria Municipal de Assistência Social.**  
9 **CMAS**: 1. **Apreciação e Deliberação do Parecer das Comissões de Avaliação de Documentos,**  
10 **Projetos, Serviços e Inscrições e de Orçamentos e Finanças referente a LDO/2011 da**  
11 **Secretaria Municipal de Assistência Social. CMDCA**: 1. **Apreciação e deliberação do Parecer**  
12 **das Comissões de Avaliação de Projetos e Documentos e de Orçamentos e Finanças referente**  
13 **a LDO/2011 da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASO; 2. Apreciação e**  
14 **deliberação do Parecer das Comissões de Avaliação de Projetos e Documentos e de**  
15 **Orçamentos e Finanças referente a LDO/2011 da Secretaria Municipal de Educação; 3.**  
16 **Apreciação e deliberação do Parecer das Comissões de Avaliação de Projetos e Documentos e**  
17 **de Orçamentos e Finanças referente às readequações no Plano de Trabalho e Aplicação**  
18 **referente ao Convênio nº 05/2010/FIA Estadual.** O presidente do CMAS, Vanderlei inicia a  
19 reunião dando as boas vindas a todos, agradecendo a presença dos representantes dos três  
20 Conselhos, CMAS, CMDCA e CMDI, das Entidades, dos Coordenadores dos Serviços, Programas  
21 e Projetos e dos visitantes; explica que foi necessário esta reunião em conjunto, tendo em vista, ser  
22 hoje o prazo máximo para os Conselhos emitirem os Pareceres sobre a Lei de Diretrizes  
23 Orçamentárias – LDO/2011; esclarece que, nos últimos dias, foram realizadas diversas reuniões  
24 com as Comissões de Projetos e Finanças dos referidos Conselhos e apresentado, ponto por ponto,  
25 projetado em multimídia, as propostas da LDO/2011 da Secretaria Municipal de Assistência, e que  
26 nestas ocasiões, os Conselheiros tiveram oportunidade de sanar suas dúvidas, dar sugestões e  
27 contribuir na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2011 nas Políticas afins  
28 de cada Conselho. Em seguida passa a palavra ao Gerente da Divisão Administrativa e Financeira  
29 da Secretaria Municipal de Assistência Social, Marcos Antônio Rodrigues Pinheiro. Marcos inicia a  
30 apresentação dizendo que, basicamente será feita uma leitura da LDO, pois, como esclareceu

31 Vanderlei, nas diversas reuniões com as Comissões supracitadas, foram efetuadas praticamente  
32 todas as alterações e complementações observadas pelos Conselheiros. Explica que há previsão da  
33 criação de dois novos Serviços para 2011, além da previsão de alugar dois imóveis para as  
34 instalações das Sedes dos Conselhos Tutelares Leste e Oeste nas proximidades dos Terminais de  
35 Transbordos leste e oeste respectivamente, bem como equipar essas Sedes, por isso, esses valores  
36 estão previstos na LDO/2011. Vanderlei pergunta qual o valor previsto da subvenção a ser  
37 repassada para o Abrigo São Vicente de Paulo; Marcos informa que o valor é de R\$ 60.000,00  
38 (sessenta mil reais mil) anual, ou seja, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais; o presidente do  
39 CMAS pergunta se tem previsão de reajuste; o gerente responde que não, e explica que está sendo  
40 elaborada, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, uma proposta de critérios de partilha  
41 para as Entidades, a ser apresentada para apreciação dos Conselhos Municipais, através da qual se  
42 estabelecerá o valor a ser repassado pela execução de cada serviço. A Conselheira e presidente do  
43 CMDI, Salete, pergunta se não está previsto na LDO um projeto que contemple um “Espaço de  
44 Acolhida” para os idosos, pois ela não observou em nenhum lugar esta previsão. Marcos fala que  
45 embora não conste na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, existe por parte da SEASO a  
46 intenção de se criar este Espaço, no entanto, não há previsão de arrecadação, mas que este assunto  
47 já foi discutido pela equipe da SEASO, e que se pretende, após este momento político de eleição,  
48 buscar recursos através de Emenda Parlamentar. Em seguida, Marcos explica que quanto ao  
49 **Programa** Família Acolhedora, existe uma proposta por parte da SEASO, para que no ano de 2011  
50 seja alterado, através de Lei Municipal, o valor per capita que as Famílias recebem para acolher as  
51 crianças/adolescentes, encaminhadas pelo Juizado da Vara da Infância e Juventude, que hoje,  
52 corresponde a 72% (setenta e dois por cento) do Salário Mínimo Nacional, passe a ser de 01 (um)  
53 Salário Mínimo Nacional por criança/adolescente acolhida; Salete Gerardi questiona de onde virão  
54 os recursos para custear estas despesas; Marcos diz que serão recursos livres do Município. O  
55 Conselheiro e presidente do CMAS, Vanderlei pergunta qual o valor previsto a ser repassado a cada  
56 Entidade subvencionada, Marcos diz que não se lembra exatamente, mas que existe uma planilha  
57 desses valores que se encontra à disposição no Setor Administrativo da Secretaria Municipal de  
58 Assistência Social, e se algum Conselheiro desejar receber por e-mail também será disponibilizado.  
59 Quanto ao Abrigo de Mulheres Vanusa Covatti, o gerente explica que a maioria das despesas são  
60 com alimentação, embora também sejam fornecidos kits de vestuário e higiene, às mulheres que  
61 necessitam de acolhimento, bem como aos filhos que as acompanham. Marcos lembra ainda que a  
62 partir ano de 2009 não se pode mais financiar aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou  
63 aluguel de imóveis públicos e/ou privados, com recursos do FIA – Fundo da Infância e  
64 Adolescência, conforme preceitua resolução 137/2009 do CONANDA – Conselho Nacional dos  
65 Direitos da Criança e do Adolescente. Na seqüência, Marcos encerra a apresentação em multimídia

66 da proposta da LDO/2011 da SEASO; pergunta se alguém tem alguma dúvida ou se alguma  
67 proposta não ficou bem esclarecida. Não houve manifestação por parte de nenhum dos presentes.  
68 Desta forma, Marcos encerra sua apresentação. Em seguida, Vanderlei faz uso da palavra e explica  
69 que como se trata de três reuniões simultâneas – CMAS – CMDCA e CMDI, foram emitidos três  
70 Pareceres e que será encaminhado primeiro o Parecer do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.  
71 Desta forma, passa-se para o ponto de pauta do **CMDI: 1. Apreciação e Deliberação do Parecer**  
72 **das Comissões de Projetos e Documentos e de Orçamentos e Finanças referente a LDO/2011**  
73 **da Secretaria Municipal de Assistência Social**:. A Secretária Executiva dos Conselhos, Justa  
74 Alves dos Anjos Chesca, faz a leitura do Parecer do CMDI, no qual consta que considerando que a  
75 Secretaria Municipal de Assistência Social fez prévia apresentação e que está incluso na LDO/2011  
76 as ações que contemplam a área do Idoso; que está previsto a reforma do Condomínio da Terceira  
77 Idade conforme solicitado por este Conselho, acrescenta que, a SEASO foi a primeira Secretaria  
78 que respondeu ao chamado do CMDI para participar da elaboração da LDO/2011, as Comissões  
79 tem como indicativo à Plenária, o *Parecer favorável a LDO/2011 da Secretaria Municipal de*  
80 *Assistência Social, porém, com a ressalva de que no próximo ano, a proposta orçamentária chegue*  
81 *com tempo suficiente para que todos os Conselheiros possam compreender e participar da*  
82 *elaboração*. Antes de colocar o Parecer em votação, a presidenta do CMDI, Salete, ressalta que a  
83 Secretaria Municipal de Educação também possibilitou a participação deste Conselho apresentando  
84 sua proposta da LDO/2011, porém, o CMDI não fez nenhuma contribuição; fala em nome dos  
85 Conselheiros que, o tempo disponibilizado para apreciação e análise das propostas da LDO/2011,  
86 foi pouco, insuficiente para se fazer uma discussão ampla, mas que ela admira o comprometimento  
87 da SEASO que disponibilizou o gerente Marcos para que esclarecesse ponto a ponto a LDO,  
88 embora com termos que nem sempre todos entendem, mas que acha muito bom esta democracia,  
89 pois quando se “levanta o cartão de votação” a responsabilidade é muito grande. Que o Conselho  
90 Municipal dos Direitos do Idoso tem “muitas coisas” que pode e deve fazer, mas muitas vezes os  
91 Conselheiros não tem conhecimento, que já está na hora de mostrar para a sociedade quem é o  
92 idoso, quem é este sujeito de direitos; que para isso precisa de recursos, e que ela, sendo  
93 Conselheira do CMDI, CMAS e CMDCA, ficou admirada com sua falta de conhecimento, pois,  
94 somente depois da apresentação da LDO/2011 é que ela se deu conta que existem recursos para  
95 aplicação na área do Idoso, fato que muitas vezes, nem todos os membros do CMDI têm ciência;  
96 enfatiza a necessidade de no próximo ano o Conselho, tenha um maior tempo para essa discussão,  
97 pois “lá fora” a sociedade questiona, “mas você não faz parte do Conselho? Não estava lá, não  
98 participou das reuniões? Como não observou isso ou aquilo? Por isso a importância das discussões  
99 e do conhecimento. A Conselheira Antonieta Abdiel Aziz Halim questiona se quando foram feitas  
100 essas propostas, os Conselhos foram chamados para apresentarem também suas sugestões. A

101 Secretária e Conselheira Inês explicou que há aproximadamente vinte dias vem acontecendo essas  
102 discussões com os Conselhos Municipais; que a fala da Salete é válida, mas quem participou das  
103 demais reuniões, pôde perceber que ela, enquanto Secretária Municipal de Assistência Social, assim  
104 que acabar esse momento político, estará juntamente com o prefeito indo a Brasília em busca de  
105 recursos; diz que concorda com a necessidade de se construir um Centro para os Idosos a exemplo  
106 do Município de Toledo, mas que para isso é necessário recursos; fala também da proposta da  
107 SEASO sobre a criação de Acolhimento para Pessoas com Deficiência, que a equipe técnica da  
108 Secretaria está visitando outros Municípios para conhecer esse tipo de Acolhimento, sempre com a  
109 intenção de melhorar. Em seguida, Salete agradece a Secretária Inês de Paula e diz que o trabalho  
110 em conjunto é sempre o melhor; acrescenta que o presidente do CMAS, Vanderlei, a questionou se  
111 o CMDI foi convidado pelas Secretarias Municipais de Educação, de Saúde e de Cultura, para a  
112 discussão e elaboração da peça orçamentária; explica que quanto a Secretaria de Cultura, o  
113 Conselheiro do CMDI Odair Atílio Círico, representante da SEMUC, esteve junto com a Cultura,  
114 mas ainda não puderam conversar; em relação à SEMED, o CMDI foi convidado e participou,  
115 porém, quanto a SESAU, este Conselho não foi convidado. Na seqüência, não havendo mais  
116 nenhuma ponderação, Salete coloca em votação o Parecer favorável à aprovação da LDO/2011 da  
117 SEASO e este é aprovado por unanimidade. Em seguida, Salete agradece a todos e pede desculpa,  
118 pois necessita se ausentar, não podendo participar da reunião até o término, passa para o vice  
119 presidente do CMDI, senhor Emílio Fernando Martini, dar continuidade, caso seja necessário. O  
120 promotor da Vara da Infância e Juventude, Dr. Luciano Machado de Souza pede para fazer uso da  
121 palavra, antes de Salete se retirar; diz que está no Município de Cascavel, há menos de um ano, mas  
122 desde que chegou tem “batido na tecla” do orçamento; pois, sempre se ouve o mesmo discurso: que  
123 não tem dinheiro. Mas como disse Salete, muitas vezes o Conselheiro não tem o real conhecimento  
124 da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, por isso, tem que haver capacitação  
125 continuamente, pois, os Conselhos são deliberativos; e que é necessário que os Conselhos vão  
126 deliberando, para que quando chegar nessa discussão da elaboração da LDO, cada Conselho possa  
127 apresentar sua demanda, aquilo foi reclamado, e daí sim, trazer para a discussão e inclusão de  
128 propostas. Dr. Luciano continua ressaltando que nós somos formadores de opinião, que tem que se  
129 ouvir as reclamações de cada um, seja na rua, no trabalho, pois tudo começa a ser construído através  
130 das reivindicações individuais. Agradece e encerra enfatizando a necessidade da democracia  
131 participativa. Vanderlei retoma a palavra e diz que os Conselhos Municipais sentem a necessidade  
132 da capacitação, que não pode mais se esperar, que o CMAS já encaminhou para a Secretaria  
133 Municipal de Assistência Social esta reivindicação, mas que ainda não foi contemplado. O  
134 presidente do Conselho Municipal de Assistência Social passa para o ponto de pauta nº **CMAS: 1.**  
135 **Apreciação e Deliberação do Parecer das Comissões de Avaliação de Documentos, Projetos,**

136 **Serviços e Inscrições e de Orçamentos e Finanças referente a LDO/2011 da Secretaria**  
137 **Municipal de Assistência Social:** A Secretária Executiva dos Conselhos faz a leitura do Parecer  
138 supra o qual diz que *considerando que a LDO/2011 é uma das peças orçamentárias, onde está*  
139 *expresso tanto os recursos próprios do Município, quanto os oriundos de outras esferas do*  
140 *governo, alocados no respectivo FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social; que a SEASO*  
141 *possibilitou a capacitação para o CMAS referente a orçamento e também solicitou a este Conselho*  
142 *que apreciasse e deliberasse sobre a LDO/2011 da Secretaria, as referidas Comissões tem como*  
143 *indicativo à Plenária Parecer Favorável a aprovação da LDO/2011 da Secretaria Municipal de*  
144 *Assistência Social com algumas alterações referente a proposta apresentada pela Secretaria em*  
145 *16.08.2010, sendo que a SEASO deverá se readequar conforme as alterações feitas pelas*  
146 *Comissões.* Após a leitura, o presidente deixa a palavra livre; não havendo nenhuma manifestação,  
147 o mesmo fala diz que estará, enquanto Conselho, conversando com a SEASO sobre a possível  
148 alteração dos atuais valores dos recursos repassados às Entidades Subvencionadas, que esta é uma  
149 questão administrativa, mas que o Conselho Municipal de Assistência Social, e ele, enquanto  
150 representante de Entidade, sabe da necessidade das mesmas. Inês de Paula diz que o prefeito quer  
151 estar presente nessas discussões para contemplar as necessidades levantadas. Após discussão,  
152 Vanderlei coloca o Parecer favorável a aprovação da LDO/2011 da SEASO, o qual é aprovado por  
153 unanimidade. Em seguida, o presidente do CMDCA, senhor Pedro, agradece a todos, diz que de  
154 certa forma a administração não está levando os Conselhos tão a sério, quanto seria preciso, pois,  
155 foram notificadas todas as Secretarias da necessidade da participação do CMDCA na elaboração da  
156 LDO/2011, *conforme preceitua o Art. 11, inciso XI da Lei Municipal nº 5.142 de 09.01.2010,*  
157 *contudo,* apenas a Secretaria Municipal de Assistência Social respondeu e imediatamente  
158 providenciou o agendamento, inclusive, possibilitou uma breve capacitação aos membros das  
159 Comissões de Avaliação de Documentos, Projetos, Serviços Inscrições e de Orçamentos e Finanças  
160 dos três Conselhos; que algumas Secretarias responderam a notificação dizendo que não tinham em  
161 seu orçamento recursos destinados a área da criança/adolescente, mas outras, sequer retornaram;  
162 citou o exemplo da Secretaria Municipal de Saúde que enviou um ofício dizendo que, caso o  
163 CMDCA quisesse assistir a prestação de contas da SESAU seria realizada na data de (16.08.2010),  
164 na Câmara Municipal e/ou poderia estar acessando o Site [www.cascavel.pr.gov.br](http://www.cascavel.pr.gov.br) onde estão  
165 disponíveis as informações pertinentes a SESAU; falou que a Secretaria Municipal de Educação,  
166 apresentou no último dia 13.08.2010 para o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento  
167 da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e estendeu o convite aos  
168 membros das Comissões de Avaliação de Projetos e Documentos e de Orçamentos e Finanças as  
169 propostas da LDO/2011 e que na data de 16.08.2010 apresentou novamente, projetado em  
170 multimídia, na Sala da Secretaria Executiva dos Conselhos, porém, o tempo para apreciação e

171 possíveis inclusões e/ou alterações, foi muito curto. Portanto, deixa aqui registrada sua indignação.  
172 Acrescenta que esta questão da LDO/2011 da SEMED ficará para o outro ponto de pauta. Passa-se  
173 então ao ponto de pauta nº **CMDCA: 1. Apreciação e deliberação do Parecer das Comissões de**  
174 **Avaliação de Projetos e Documentos e de Orçamentos e Finanças referente a LDO/2011 da**  
175 **Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASO:** antes da leitura do Parecer das Comissões  
176 de Avaliação de Projetos e Documentos e de Orçamentos e Finanças, Pedro explica a plenária que,  
177 durante a discussão da LDO/2011 da SEASO, as Comissões solicitaram as seguintes inclusões: *que*  
178 *na unidade 1, Administração Geral, seja colocada as ações: Apoiar e manter os Conselhos*  
179 *Tutelares; Apoiar técnica e financeiramente a Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais de*  
180 *Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Direitos do Idoso e Instância de*  
181 *Controle Social; bem como que, na unidade 3, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do*  
182 *Adolescente, seja garantido a continuação do Projeto Multiplicadores Juvenis, o qual será*  
183 *financiado pelo FIA Municipal até junho/2011, sendo que a Secretaria Municipal de Assistência*  
184 *Social deverá financiar o restante do ano de 2011*

185 1.

186 Justa lê o *Parecer das Comissões supra* o qual é favorável a aprovação da LDO/2011 da Secretaria  
187 Municipal de Assistência Social – SEASO, porém, *com a ressalva de que para o ano de 2011 a Lei*  
188 *de Diretrizes Orçamentária para 2012, seja amplamente discutida com tempo hábil para que o*  
189 *CMDCA possa ter a compreensão necessária de todo o processo de elaboração desta peça*  
190 *orçamentária, pois a LDO/2011 foi apresentada com um tempo muito curto o que impossibilitou a*  
191 *efetiva participação deste colegiado na sua elaboração.* Realizada a leitura do Parecer, o mesmo é  
192 colocado em apreciação pelo presidente do Conselho. A Conselheira e Secretaria Municipal de  
193 Assistência Social Inês de Paula, faz uso da palavra e diz que, tendo em vista, o prefeito ter o título  
194 de “Amigo da Criança”, é necessário sim, que no próximo ano seja discutido anteriormente e com  
195 tempo; fala que concorda com a realização de uma Capacitação, pois as Entidades são voluntárias e  
196 ainda assim disponibilizam seus representantes para compor os Conselhos, por isso, é  
197 responsabilidade do Poder Público Municipal realizar esta capacitação; acrescenta que este é um  
198 momento histórico, da participação popular representada nos três Conselhos aqui reunidos em  
199 plenária para tratarem da discussão da LDO do Município; e que os Conselhos Municipais, tem o  
200 “poder” de lutar e de reivindicar a efetivação dos direitos da população atendida, e que estes  
201 Conselhos possam estar trazendo até a SEASO essas reivindicações, pois a Secretaria está com as  
202 portas sempre abertas, e se coloca enquanto parceira dos Conselhos. Não havendo mais  
203 ponderações, Pedro coloca o Parecer favorável a aprovação da proposta orçamentária da SEASO  
204 em votação e este é aprovado por unanimidade. Após, passa-se para o ponto de pauta nº **CMDCA:**  
205 **2. Apreciação e deliberação do Parecer das Comissões de Avaliação de Projetos e Documentos**

206 **e de Orçamentos e Finanças referente a LDO/2011 da Secretaria Municipal de Educação:** a  
207 Secretária Executiva dos Conselhos, procede a leitura do *Parecer das referidas Comissões referente*  
208 *a LDO/2011 da SEMED, o qual é favorável a aprovação, porém, com a ressalva de que a SEMED*  
209 *garanta nas metas da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2011 a construção de CMEIS – Centros*  
210 *Municipais de Educação Infantil, que atendam toda a demanda existente para vagas nos CMEIS*  
211 *em Cascavel, e ainda, que para a próxima LDO (de 2012), a mesma seja discutida na íntegra e não*  
212 *superficialmente quando da apresentação para o CMDCA. Pedro coloca o Parecer em apreciação,*  
213 Vanderlei questiona sobre a falta de vagas nos CMEIS, se a SEMED apresentou alguma proposta.  
214 Pedro diz que na apresentação das propostas, a Secretaria supra explicou que estão realizando um  
215 levantamento minucioso, um cadastro único sobre a real demanda existente para os CMEIS, pois,  
216 segundo a Secretária Maristela na ansiedade de conseguir uma vaga no Centro, a mãe acaba se  
217 inscrevendo em mais que um destes CMEIS, gerando duplicidade na fila de espera. Somente após a  
218 criação do cadastro único é que saberemos a real situação, Pedro ressalta que a demanda existente  
219 para Educação Infantil em Cascavel pode ser o dobro do número cogitado, de cinco mil crianças.  
220 Pedro acrescenta que se pode observar que a Secretaria Municipal de Educação, está receptiva a  
221 este Conselho, e que “juntos buscaremos as melhores opções para sanar estas deficiências de  
222 vagas”. Inês de Paula solicita a palavra e explica que o nosso Município cresceu muito nos últimos  
223 anos e com isso aumentou a demanda dos CMEIS, e de todos os outros serviços existentes no  
224 município. O Conselheiro Adelar José Valdameri, representante da SEMED no CMDI, corrobora a  
225 fala da Secretária Ines, fala que a população de Cascavel cresceu mais que o estado do Paraná e até  
226 mesmo do Brasil. E complementa que a SEMED está criando um Cadastro Único para saber a real  
227 demanda; que já estão ampliando os CMEIS existente; que o prefeito Edgar Bueno não é amigo da  
228 Criança por acaso, pois tem todo um histórico; encerra sua fala dizendo que o objetivo da Secretaria  
229 Municipal de Educação é que as crianças, hoje atendidas, comecem a ser estimuladas desde os  
230 Centros de Educação Infantil até serem aprovados no quinto ano, para serem cidadãos preparados.  
231 Na seqüência, não havendo mais manifestação por parte da Plenária, Pedro coloca o Parecer  
232 favorável à aprovação da proposta da LDO/2011 da SEMED em votação e este é aprovado por  
233 unanimidade. O presidente passa para o ponto de pauta nº **CMDCA: 3. Apreciação e deliberação**  
234 **do Parecer das Comissões de Avaliação de Projetos e Documentos e de Orçamentos e**  
235 **Finanças referente às readequações no Plano de Trabalho e Aplicação referente ao Convênio**  
236 **nº 05/2010/FIA Estadual:** Pedro explica aos Conselheiros do CMDCA, que este Colegiado  
237 recebeu, em caráter de urgência, um Ofício do Lar dos Bebês Pequeno Peregrino o qual apresenta  
238 readequações no Plano de Trabalho e Aplicação referente ao Convênio nº 05/2010/FIA Estadual  
239 cujo valor é de noventa mil duzentos e um reais e noventa centavos, sendo que este Plano já foi  
240 aprovado pela gestão passada deste Conselho. Pedro solicita que Justa faça um breve resgate

241 histórico sobre a situação e que em seguida leia o Parecer. A Secretária Executiva explica que este  
242 FIA Estadual, tem como objeto o financiamento na implementação de ações para o Programa  
243 “Crescer em Família”, modalidade “Aprimoramento do Acolhimento Institucional. E que foi  
244 aprovado pela Deliberação nº 008/2009 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do  
245 Adolescente-CEDCA. Explica também que este Convênio deveria estar sendo executado desde  
246 junho de 2009, porém por questões burocráticas o CEDCA só depositou o recurso este mês de julho  
247 de 2010. E que para a Entidade Lar dos Bebés poder manusear este recurso precisa antes da  
248 aprovação do CMDCA, para que possa efetuar as readequações necessárias no Plano de Trabalho e  
249 Aplicação. Feitas as explicações, Justa faz a leitura do Parecer o qual tem como indicativo à  
250 Plenária o Parecer favorável a aprovação das readequações no Plano de Trabalho e Aplicação da  
251 referida Entidade. Contudo, quanto ao Profissional Assistente Social que deverá ser contratado por  
252 doze meses, este não poderá ter outro vínculo empregatício superior a quatro horas diárias, pois,  
253 este profissional deverá ter a carga horária no Lar dos Bebês de no mínimo seis horas diárias. O  
254 presidente coloca o Parecer em apreciação, questiona se alguém tem alguma dúvida, não havendo  
255 nenhuma manifestação da Plenária, Pedro coloca o Parecer favorável às readequações no Plano de  
256 Trabalho e Aplicação do Lar dos Bebês Pequeno Peregrino em votação e o mesmo é aprovado por  
257 unanimidade. Em seguida, Inês de Paula agradece a todos em nome da SEASO; diz que é muito  
258 importante toda esta discussão que acaba de acontecer e que, a Secretaria Municipal de Assistência  
259 Social, terá sempre esta postura de poder acolher, discutir, sempre pensando nos atendidos;  
260 agradece toda a equipe que trabalhou arduamente para que este momento acontecesse. O presidente  
261 do CMDCA, por sua vez agradece a todos e principalmente ao promotor, Dr. Luciano que apesar da  
262 carga horária extensa, sempre tem apoiado e participado das discussões referentes a  
263 criança/adolescente. Dr. Luciano faz uso da palavra e diz que para ele seria mais cômodo questionar  
264 juridicamente algumas questões que porventura não estivessem contemplando a Política da criança  
265 e do adolescente, mas ele tem certeza que todo tempo que se “gasta” aqui, se poupa “lá na frente”;  
266 que as coisas existem porque tem que ser criadas pelas situações e não por formação do judiciário.  
267 Faz uma observação dizendo que acompanhou o final da gestão do CMDCA que se encerrou em  
268 julho/2010 e a dificuldade em se ter quorum para a realização das reuniões e que neste início desta  
269 nova gestão, ele já está sentindo a ausência de alguns novos Conselheiros. Acrescenta que Cascavel  
270 está crescendo, é a Capital do Oeste, o trabalho tende a aumentar alguém tem que “pagar a conta”.  
271 Parabeniza todos os Conselhos por esta conquista, este espaço aberto de discussão do orçamento, e  
272 diz que este é o momento de se fazer algo, que estes Conselhos continuem neste caminho. E assim,  
273 nada mais havendo a ser tratado, Pedro encerra a reunião às 10h40 e eu Clarice Fruet, lavro a  
274 presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim e pelo presidente.

